

Cidadania e Defesa em debate

Enquanto vários países europeus reforçam ou reintroduzem o serviço militar obrigatório, em Portugal nasce uma plataforma que pretende alargar o debate à cidadania e à preparação coletiva. O objetivo é ouvir jovens, escolas e autarquias antes de apresentar propostas ao Estado sobre o futuro da Defesa e do serviço ao país.

TEXTO **Sónia Peres Pinto**

Numa altura, em que vários países voltam a contar com Serviço Militar Obrigatório (SMO) – a Dinamarca foi o último a lançar oficialmente, nesta segunda-feira, o SMO de 11 meses para ambos os sexos, segundo a reforma legal aprovada em 2024 –, a plataforma Ponto de Encontro vai avançar com uma nova iniciativa da sociedade civil destinada a promover um debate nacional sobre cidadania, deveres cívicos, serviço ao país e preparação coletiva da sociedade portuguesa.

Promovido pela Associação Viriatos.14, o projeto assume-se como uma plataforma cívica, institucional e plural, procurando reunir cidadãos, escolas, autarquias, especialistas, academia e instituições públicas num processo de reflexão que culminará na elaboração de um documento síntese a apresentar ao Presidente da República, à Assembleia da República e ao Governo. O princípio orientador assenta na ideia de 'Ouvir Portugal antes de propor a Portugal'.

Ao *SOL*, o coordenador geral do projeto, major-general Carlos Chaves, afirma, no entanto, que o eventual regresso do SMO apenas faria sentido em cenários extremos, como uma invasão ou ocupação do território nacional, defendendo que Portugal «deve encerrar a Defesa Nacional sobretudo no âmbito da NATO e da União Europeia, privilegiando a defesa coletiva em vez de procurar desenvolver capacidades militares autónomas de grande dimensão».

Para Chaves, a prioridade deverá passar pelo desenvolvimento de capacidades onde Portugal possa acrescentar valor, em articulação com os aliados, nomeadamente ao nível do transporte estratégico, proteção e emergência, transporte tático, capacidades de vigilância marítima e costeira e participação em missões internacionais de manutenção da paz, e daí defender que o objetivo desta iniciativa é promover uma discussão mais abrangente sobre o papel da cidadania, do serviço à comunidade, da preparação para crises, da coesão nacional e da relação entre os cidadãos e o Estado.

Aliás, a plataforma parte da convicção de que o contexto europeu e internacional sofreu alterações profundas nos últimos anos, marcadas por conflitos armados no continente europeu, instabilidade geopolítica, ameaças híbridas, riscos tecnológicos, crises energéticas e fenómenos climáticos extremos. Tendo em conta este



MIGUEL SILVA

enquadramento, os promotores defendem que Portugal deve refletir sobre novas formas de reforçar a preparação da sociedade, valorizando simultaneamente a participação cívica e a responsabilidade coletiva.

ENCONTROS NACIONAIS

Um dos pilares da iniciativa será o Roteiro da Cidadania, um programa nacional de escuta territorial que prevê a realização de cerca de 70 Encontros Locais de Cidadania, distribuídos por todas as regiões do país. A rede abrangerá 15 localidades na região norte, 17 no centro, 19 em Lisboa e Vale do Tejo, sete no Alentejo, quatro no Algarve e seis nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Os encontros terão como público prioritário alunos do ensino secundário e decorrerão em articulação com municípios, escolas e outras instituições locais. Cada sessão deverá durar entre 90 e 120 minutos, combinando uma apresentação da iniciativa, intervenções de enquadramento, um painel de reflexão e um espaço de diálogo direto com os jovens, cujos contributos serão registados e integrados na síntese nacional.

Para a organização, a participação dos jovens constitui um elemento central do processo, considerando que as novas gerações devem ser protagonistas da reflexão sobre o futuro da cidadania, da preparação coletiva e do serviço ao país. A partir daí, cada encontro deverá produzir «um relatório local, uma matriz de contributos e uma síntese das principais ideias, permitindo identificar convergências, preocupações específicas dos territórios e propostas consideradas relevantes».

Também os municípios, defendem

os promotores deste projeto, devem assumir um papel de destaque no modelo organizativo. «A proposta apresentada às câmaras municipais prevê que estas possam acolher institucionalmente um encontro local, disponibilizando espaços, articulando a participação das escolas, apoiando a logística e envolvendo personalidades locais nos painéis de reflexão».

Segundo a organização, esta colaboração permitirá aproximar o debate das comunidades e evitar que a iniciativa fique concentrada apenas nos grandes centros urbanos.

O processo foi concebido em várias fases. A primeira consiste na divulgação pública da iniciativa e na publicação de documentos de enquadramento destinados a clarificar os objetivos do projeto. Segue-se a realização dos Encontros Locais de Cidadania e a recolha sistemática de contributos provenientes de cidadãos, especialistas, instituições e comunidades educativas. Posteriormente, será elaborado um documento síntese que reunirá as principais conclusões e propostas resultantes desse processo participativo.

A apresentação pública das conclusões está prevista para 5 de outubro, data escolhida pelo seu significado cívico e republicano. Na ocasião, será divulgado o documento síntese que os promotores pretendem remeter às principais instituições nacionais.

Os promotores fazem ainda questão de sublinhar que a iniciativa não possui natureza partidária nem pretende defender antecipadamente qualquer modelo específico de serviço militar ou de organização da cidadania. Em vez disso, afirmam que o propósito consiste em criar um espaço de reflexão informado, plural e participado, capaz de transformar preocupações dispersas em conhecimento organizado e em propostas consideradas úteis para o debate democrático.

A mensagem central que acompanha o lançamento da plataforma sintetiza essa filosofia: «Não começamos pela resposta. Começamos pela responsabilidade de fazer a pergunta certa». E é com esse princípio que o Ponto de Encontro pretende desenvolver, ao longo dos próximos meses, um processo nacional de participação

↑ O major-general Carlos Chaves defende que o debate sobre a Defesa Nacional deve privilegiar a cidadania, a preparação coletiva e o papel de Portugal na NATO e na UE

envolvendo jovens, autarquias, escolas, especialistas e sociedade civil.

UM DEBATE QUE REGRESSOU À EUROPA

A invasão russa da Ucrânia alterou profundamente a perceção das ameaças e vários governos passaram a defender um aumento significativo dos investimentos em Defesa. Neste novo quadro estratégico, alguns países decidiram recuperar mecanismos de recrutamento obrigatório. A Lituânia reintroduziu em 2015. A Suécia reativou-a em 2017, abrangendo homens e mulheres. A Letónia retomou o SMO em 2024 e a Croácia aprovou recentemente o seu regresso. Já países como a Dinamarca reforçaram o sistema existente e alargaram o recrutamento às mulheres.

Os modelos adotados são muito diferentes entre si. Em alguns casos, apenas uma parte dos jovens é chamada ao serviço, mas há outros que apostam na existência de formas de serviço militar, proteção civil e serviço comunitário. Em qualquer dos casos, a base assenta na preocupação crescente com a capacidade de resposta das sociedades perante crises militares, tecnológicas, energéticas ou naturais.

Sobre duas questões pertinentes, o Major General Carlos Chaves foi muito claro. À pergunta sobre o possível regresso do SMO, respondeu: «Não, ponto!». «Apenas, se o absurdo acontecesse numa destas hipóteses: 1. A Espanha ocupasse Portugal. 2. Marrocos invadissem Portugal. 3. Os EUA ocupassem Portugal. Se, como se aconteceu na Ucrânia, isso acontecesse, então, sim, haveria razões para voltar o SMO e iriam todos».

Em relação à NATO e à UE, diz que «Portugal não tem capacidade para ser uma potência militar de ataque (os tais 5% do PIB). Sozinho, Portugal jamais o poderia ser». Assim, na repartição do trabalho estratégico que deve ocorrer cooperativamente na UE/NATO, «as nossas prioridades devem continuar a ser em Forças Armadas Destacadas para manter a Paz». E acrescenta: «Nunca teremos capacidades e recursos para tropas aptas a atuarem em zonas de conflito de alta intensidade».